



Anais da Assembléia

Nº 45

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE MAIO DE 1980.

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1980

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e José Domingos.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Cortes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Juranir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Telex:

Aos Senhores Parlamentares, nos seguintes termos:

“Em aditamento carta nr 736/ACS/79, informo-lhe, com referência alargamento pontes Rodovia BR-277, que DNER, ouvido sobre assunto, ratificou os termos de seu ofício/DG/680/80, dirigido a V. Exa. em 16 corrente mês.CDS. SDS. JOSEH MENEZES SENNA - Chefe Gabinete Ministério Transportes.” — Ciente. Arquite-se.

Requerimento:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro NIVALDO ALMEIDA NETO, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando informações sobre o reinício das obras da estrada Ampère-Santo Antônio do Sudoeste, atualmente paralisadas.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito e Excelentíssimos Senhores Vereadores do Município de Santo Antônio do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1980.

a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

1 — A estrada em questão é das mais importantes da região Sudoeste do Estado;

2 — Seus trabalhos se encontravam bastante adiantados quando a obra foi paralisada causando inclusive, prejuízos irre-

paráveis, como por exemplo, as dificuldades para o escoamento da grande safra de soja e milho que está em marcha.

3 — Conforme “abaixo-assinado” em anexo, tais prejuízos se estendem, inclusive aos proprietários que residem no traçado da mesma.

4 — A obra é uma reivindicação de toda a sociedade como bem reflete o ofício circular do Lions Clube daquela cidade, dirigido à diversas autoridades.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 49/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica acrescentado ao artigo 35 da Lei Complementar n.º 02, de 18/06/1973 (Lei Orgânica dos Municípios), o seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único — Ao Presidente da Câmara poderá ser atribuída verba de representação, que não excederá o percentual de 2/3 (dois terços) daquela que for fixada para o Prefeito Municipal”.

Art. 2.º — O inciso II, do § 2.º, do Artigo 49, da mesma lei passa a vigorar com a seguinte redação:

“II — fixação de remuneração do Vereador e verba de representação atribuída ao Presidente da Câmara”.

Art. 3.º — A Subseção 1.ª da Seção 3.ª, compreendendo o Art. 51 e seu parágrafo da referida Lei Complementar n.º 2, passa a vigorar com a seguinte redação:

“SEÇÃO 3.ª

Dos Vereadores

SUBSEÇÃO 1.ª

Da Remuneração

Art. 51 — O mandato de Vereador será remunerado nos limites e segundo critério estabelecido na legislação federal.

Parágrafo único — A remuneração será fixada mediante resolução, no final de cada Legislatura, para vigorar na seguinte”.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1980.

a) DEL CIEL

JUSTIFICATIVA:

Inspira o presente projeto de lei a imperiosidade de adequar a Lei Orgânica dos Municípios do Paraná (Lei Complementar n.º 2/73) às novas disposições da legislação complementar federal relativas à remuneração dos vereadores.

Por força de mandamento constitucional, a matéria foi regulamentada em 1975, através da Lei Complementar n.º 25, que fixou os critérios da remunerabilidade do mandato edilício. Não obstante tenha representado relativo avanço em relação a estágios anteriores, a lei definia uma situação flagrantemente injusta para o Vereador, ao determinar que sua remuneração, dentro dos percentuais estabelecidos, só poderia tomar como base os SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS, excluindo outros componentes que integram a remuneração na Câmara Federal e nas Assembléias.

O legislador federal, sensível a esse tratamento desigual, tomou a iniciativa de corrigir a distorção, aprovando — depois de aprimorado processo legislativo — o projeto de inspiração parlamentar que se converteu na Lei Complementar n.º 38/79, sancionada pelo Presidente da República.

Assim, a Lei Complementar 25/75, com as modificações que lhe introduziu a 38/79, mudou os critérios de fixação dos

valores remuneratórios aos vereadores, como se demonstra:

- o subsídio (e não mais a remuneração) se divide em parte fixa e parte variável;
- revogado o Art. 3.º (“É vedado o pagamento ao Vereador de qualquer vantagem pecuniária, como ajuda de custo, representação ou gratificação, não autorizada expressamente por esta lei”)
- a remuneração do vereador passou a ter por base a remuneração (e não mais o subsídio) do deputado estadual).

No que respeita à proposta de deixar expressa, na Lei Orgânica, a faculdade de se atribuir verba de representação aos presidentes das Câmaras a matéria, igualmente, deflui diretamente das inovações introduzidas da Lei Complementar 25/75.

Com efeito, antes da Lei 38/79, havia divergência sobre a legalidade da verba de representação na área do Legislativo municipal, mas essa prática era admitida no Judiciário e recomendada pelos mais renomados mestres do Direito Público, como Hely Lopes Meireles e Antônio Tito Costa. Hoje, com a revogação do Art. 3.º, da Lei Complementar 25/75, onde se fundamentavam as restrições conhecidas, não mais se fazem ouvir as vozes discordantes, eis que inexistem qualquer outro óbice legal.

Assim, a inclusão do parágrafo único proposto ao Art. 35 da nossa Lei Orgânica procura apenas evitar, no âmbito estadual, o prosseguimento de uma discussão que já se tornou inútil diante da Lei Federal, mas que poderia, ainda, provocar dúvidas junto às Edilidades.

Com a presente proposta, a decisão de conceder ou não a verba de representação aos presidentes de Câmaras passa, a exemplo da verba do prefeito, a ser inserida na esfera da autonomia dos municípios, proporcionando um tratamento igualitário aos chefes dos Poderes Executivo e Legislativo municipais.

É de se crer que o presente projeto de lei não comportará, a rigor, maiores indagações, por objetivar tão somente a incorporação das novas normas federais ao texto da Lei Orgânica dos Municípios, razão pela qual, homenageando os valerosos Vereadores do Paraná, o submetemos à decisão desta colenda Casa.

PROJETO DE LEI N.º 50/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a asfaltar a Rodovia que liga os Municípios de Astorga à Jaguapitã, numa extensão de aproximadamente 20 km.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1980.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

JUSTIFICATIVA:

A estrada que ora propomos seja asfaltada, visa atender a uma Usina de Alcool instalada na região, dotando-a de uma melhor condição de tráfego.

É uma medida que se impõe, visto que a mesma serve para o escoamento de Maringá-Londrina, Maringá-São Paulo, passando por Porecatu, atendendo ainda várias linhas de ônibus que fazem os municípios paranaenses para os municípios paulistas e que em dias chuvosos se obrigam a desviar por Arapongas e Rolândia, aumentando em aproximadamente 100 km, o trecho a ser percorrido, tornando-se anti-econômico para seus usuários.

A medida que ora propomos à consideração desta Assembléia coaduna, sem dúvida alguma, com a política rodoviária do atual Governo, que em boa hora procura dotar o Estado

de um sistema rodoviário à altura de suas necessidades.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê):

“Desta tribuna já apresentei denúncias ao mesmo tempo que solicitei justiça para quem de direito.

Parece-nos, no entanto, que na medida em que os personagens envolvidos em delitos e corrupção são, ou sendo serviços do regime político vigente, estão a merecer toda a cobertura de autoridades influentes inclusive do Poder Judiciário que chega a claudicar em certos processos.

Neste aspecto Sr. Presidente, Srs. Deputados, as denúncias aumentam e as soluções não aparecem.

Enquanto os apontados como culpados continuam impunes a promover a arbitrariedade e as mais graves infrações contra os indivíduos, contra a sociedade, continuam estribados na proteção de detentores de forças ocultas, em flagrante desrespeito à própria comunidade em que vivem.

Baseado em denúncias e porque não dizer, até mesmo em provas substanciais, o Presidente da Sub-Secção da OAB de Cascavel, Sr. Edi Siliprandi, solicitou semana passada o afastamento do Sr. Jacy Miguel Scanagatta do cargo de Prefeito daquele município.

Tal solicitação foi feita à justiça, por entender aquele advogado que “estando o Prefeito Jacy Scanagatta respondendo a dois processos-crime, usa da função para manter-se impune e intocável, prejudicando a instrução criminal.

Vai mais adiante aquela autoridade denunciante ao afirmar que “O Sr. Jacy Scanagatta, como Prefeito e no exercício pleno de seu mandato, tinha e tem amplas condições políticas e econômicas para perverter o processo e frustrar a aplicação da lei.”

Pelo que nós e a opinião pública cascavelense temos conhecimento, o Sr. Jacy Scanagatta tem contra si dois processos - um que o aponta como incurso em crime de responsabilidade funcional - (caso do meio-fio) - e outro, no qual foi denunciado como mandante do crime que vitimou o Sr. Antônio Heleno.

O Sr. Edi Siliprandi, Presidente da Sub-Secção da OAB de Cascavel, em recente entrevista à imprensa local afirmando que “o delegado que presidiu o inquérito no caso do assassinato em questão, concluiu seu relatório indicando o Sr. Jacy Scanagatta como sendo o mandante do crime; o Chefe da Polícia Civil do Paraná, Sr. Luiz Chemin, prestou testemunho à Nação, especificando com detalhes a autoria do crime e apontando o Sr. Jacy Scanagatta como o responsável principal; e o promotor público ofereceu denúncia, enquadrando o Sr. Prefeito Municipal como mandante”.

Todos reconheceram e confirmaram a trama criminoso, mas mesmo assim, o Sr. Jacy Scanagatta continua dando as cartas e jogando de mão.

Usa o Sr. Scanagatta, segundo o Sr. Edi Siliprandi, o cargo, para manter-se impune, enquanto que o poder econômico e o tráfico de influência o torna inatingível, arranhando a lei e o prestígio da autoridade judicial.

Eis aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um caso flagrante da promoção da arbitrariedade, do surgimento ainda de dúvidas e o levantamento perante a opinião pública nacional, do que poderá aquele Prefeito, aquele cidadão ainda fazer para safar-se de tais acusações, enquanto estiver desempenhando o cargo de prefeito.

Foi baseado no artigo 87, inciso primeiro, da Lei 4.215, que o Presidente da Sub-Secção da OAB, Edi Siliprandi, pediu o afastamento do Sr. Jacy Scanagatta do cargo que ainda assim

vem ocupando.

Existe neste caso todo, segundo o causídico citado, um porém: a Lei 2-1, que permitiu ao Juiz afastar o Sr. Jacy Scanagatta do cargo, e só assim, cremos, poderá haver um julgamento justo e sem corrosivas influências.

Enquanto este caso recebe "panos quentes", realiza-se naquela mesma região, por determinação do Governo Estadual, a chamada "Operação Jagunço", cujo objetivo deverá trazer a paz e a tranquilidade que a região e seu povo tanto merecem. E como disse recentemente o General Ney Braga referindo-se aos anos 60/61 de seu governo "trouxemos a paz ao Oeste do Paraná" esperamos que desta vez isto ocorra, e que criminosos não permaneçam impunes e sob a proteção do Governo.

Finalizando, Sr. Presidente, duas são as forças de poder utilizadas por Jacy Scanagatta para fugir ao rigor da lei e da justiça: a primeira, o seu poder político; a segunda, o seu próprio poder econômico.

Para fazer frente à primeira, cremos, deve ser aplicada a Lei 201, afastando-o do cargo, o que ainda não ocorreu.

Para fazer frente à segunda força, a honestidade daqueles que virão julgar os fatos.

Ou seja que Jacy Scanagatta conseguiu antecipadamente conjugar suas duas forças de poder e fará sucumbir o moral da lei e do Poder Judiciário comprovando mais uma vez, que milionário, político protegido, mau caráter e subserviente ao regime nada deve à justiça?

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Basilio Zanusso) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Cumpre-nos, em face da agressão de que fui vítima, no interior desta Casa, responder ao pronunciamento feito pelo Deputado Fidelcino Tolentino.

Faço-o, agora, em virtude do citado Parlamentar ter tentado confundir a verdade.

De fato, colhe-se do seu breve discurso que ele tenta envergar a indumentária de vítima, que nunca foi, com a finalidade de angariar a simpatia popular, e, por isso, como se fosse um pacificador, dissimulando os seus reais propósitos, afirma que quer tentar uma reconciliação.

Todos, nesta Assembléia, sabem da verdade e não necessitam dos meus esclarecimentos.

No entanto, para que o meu depoimento fique perpetuado nos Anais, lembrarei que, em sessão anterior, à qual não estive presente, o Deputado Fidelcino Tolentino fazendo um trocadilho com o meu nome de família — CHERIEGATE — pronunciou-o assim "CHEIRA A GATO", cometendo injúria e difamação.

Mesmo informado do fato e tendo ouvido a fita em que a ofensa ficou registrada, não tomei qualquer atitude.

Porém, no dia dos acontecimentos, tendo deixado a tribuna e quando ia atender um jornalista, fui chamado pelo Deputado Fidelcino Tolentino e caminhei em sua direção, tendo ele partido para encontrar-me.

Já no centro do plenário, defronte a mesa da Presidência, começamos a conversar, tendo ele, ao invés de desculpar-se, alegado que não me ofendera e que não usara o meu nome de família para fazer o maldoso trocadilho, ao que lhe respondi que tinha ouvido a fita gravada.

Convidei-o, então, a ouvir, comigo, a gravação, ao que o mesmo respondeu que não iria ouvir e que eu fosse a ..., proferindo um palavrão ofensivo.

Como, nesse momento, fui chamado pelo Deputado Erondy Silvério, virei-me, girando meu corpo para a direita, dando-lhe as costas, ocasião em que fui agredido.

Caí, sem sentidos, e, mais tarde, fui examinado pelo Instituto Médico-Legal, tendo os peritos comprovado a presença de uma mancha avermelhada, de forma oval com cinco centímetros no maior diâmetro, situada na região da nuca e um edema na região malar esquerda.

Já se vê que não existem versões contraditórias e nem inverdades, como alegou o Deputado, tentando assumir a posição de vítima, uma vez que ele, na tentativa de justificar-se, procurou submeter a verdade aos efeitos do caleidoscópio da sua conveniência pessoal.

Com efeito, seguindo uma linha comum de conduta pessoal, o mesmo Deputado me atribui a autoria de palavras que ele considerou ofensivas, as quais não proferi.

Não aceito este tipo de justificativa maliciosa, e se, como Parlamentar, em respeito ao Poder Legislativo, posso garantir que, nos limites desta Casa, procurarei esquecer o acontecimento, como homem, como pessoa humana, como cidadão e como chefe de família, entregarei o pronunciamento final à Justiça, única competente para apreciar a conduta do citado Deputado."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Basilio Zanusso) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o terceiro orador inscrito, o ilustre Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, do Partido Popular Brasileiro e por delegação do Partido Trabalhista Brasileiro, venho até esta tribuna para ler, com a finalidade específica de que conste nos Anais da Casa, a nota das Oposições com assento no Congresso Nacional, compostas pelo PMDB, PP, PTB e PT com o seguinte teor:

"Os Líderes partidários que esta subscrevem, face à iniciativa do procedimento penal contra o Deputado Federal João Cunha, manifestam sua solidariedade ao Parlamentar, tendo em conta a necessidade de valorização de mandato e o indispensável reconhecimento da imunidade aos Representantes do povo.

O Governo tem os seus representantes no Congresso, exatamente para responderem às acusações que lhe sejam feitas na tribuna das duas Casas Legislativas.

Recorrendo ao procedimento penal, o Governo não procurou a via democrática mais consuetânea com uma fase que pretende classificar como de "abertura para a democracia".

É verdade que o Governo encontra na Constituição, dispositivos com os quais pode articular um requerimento que incrimine o Parlamentar.

A Carta Constitucional porém, fruto de período de arbítrio, está superada pelo processo de redemocratização, com qual o Governo pretende comprometer-se, segundo as afirmações do próprio Presidente da República.

Aliás, também a legislação de exceção, como a Lei de Segurança, nos termos autoritários em que está redigida, não pode ser parâmetro nem fundamento, para calar um representante do povo.

O instituto da imunidade parlamentar deve pairar acima dos procedimentos oficiais mesmo porque o Senador, o Deputado, o Vereador, deve ser livre na manifestação do seu pensamento, e qualquer cerceamento a este direito, é uma ameaça à instituição em seu conjunto.

Além disso, o conceito de Segurança Nacional não pode ser tão abrangente, a ponto de ajustar-se a qualquer circunstância por mais fundamentadas que sejam, mesmo porque, esse conceito hoje, tão deformado e ampliado, deve ater-se à realidade dos fatos e onde não houver precisamente, uma questão de Segurança da Nação, não se deve constituir-se fundamen-

to de um processo de tal gravidade.

Tem o Deputado Federal João Cunha o apoio das respectivas bancadas que representamos, na defesa da imunidade parlamentar, instrumento democrático agora testado, com o procedimento penal que contra ele se anuncia.

É este, Sr. Presidente, o inteiro teor da nota de solidariedade com que as bancadas da oposição na Câmara Federal, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido Popular, Partido dos Trabalhadores e Partido Trabalhista Brasileiro manifestam a sua solidariedade à imunidade parlamentar do Deputado Federal João Cunha.

E, neste momento, por delegação das bancadas do Partido Popular e do Partido Trabalhista Brasileiro e em nome da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, nós endossamos, assinamos e avalizamos esta manifestação de solidariedade.

Porque no momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em que se fala e se apregoa a redemocratização, não se pode entender abertura democrática e redemocratização com o Senador, o Deputado Federal ou Estadual, ou o Vereador não gozando da imunidade parlamentar na manifestação livre das suas idéias através da tribuna.

E serão instrumentos estranhos que podem determinar o balizamento e os parâmetros que orientam o procedimento e as colocações que qualquer Parlamentar venha a fazer.

O único órgão competente para fazer esse balizamento é a Casa Legislativa a qual pertença aquele Parlamentar.

E só entendemos qualquer validade na iniciativa de processo contra qualquer Parlamentar, desde que essa iniciativa proceda, isto sim, da Casa à qual ele pertence.

E o Congresso Nacional Brasileiro é o único órgão com capacidade e competência e autorização para dar balizamento às manifestações do Deputado João Cunha ou de qualquer outro Parlamentar livremente eleito pelo povo.

É esta a manifestação das oposições do Paraná, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao quarto orador inscrito, nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Existem certas coisas que acontecem na vida das pessoas que entristecem muito o coração da gente.

O que ontem aconteceu nesta Casa, através de uma rejeição por parte da briosa bancada do PDS, de um simples requerimento de nossa autoria, através do qual buscávamos alguns esclarecimentos, informações a respeito do andamento da fase investigatória de dois crimes ocorridos em Londrina, é lamentável.

Lamentável sobretudo em se tratando de fatos como aqueles constantes do meu requerimento.

Isso realmente, além de entristecer não só o coração e a consciência de um Deputado como este que ocupa a Tribuna, acho que entristece, macula, infelicitiza o próprio Poder Legislativo do Paraná.

Hoje, Sr. Presidente, não é sobre aquele assunto que nós aqui estamos.

Venho para fazer a defesa de um outro requerimento, também ligado à Polícia Civil do Paraná, mas só que desta feita não peço informações a respeito do andamento de crime algum que traumatizou a região Norte do Paraná.

Venho, simplesmente, fazer um apelo ao Sr. Governador do Estado, através deste requerimento que peço permissão dos meus colegas para proceder à leitura. (Lê): "Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando o envio a esta Casa de Mensagem Governamental, no sentido de que seja incorporado nos vencimentos básicos dos policiais civis, a gratificação de cento e vinte por cento que os mesmos percebem a título de tempo integral e dedicação exclusiva, além de outras que o Chefe do Poder Executivo julgar cabíveis.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES.

Apoio: RENATO BERNARDI, MÁRIO CELSO, GERNOTE KIRINUS, TADEU LÚCIO MACHADO, DARCY DEITOS, NILSO SGUAREZI, JOSÉ DOMINGOS, NESTOR BAPTISTA, LINEU TURRA, CYRO MARTINS, DÁCIO LEONEL E FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

O presente apelo, deveria, caso o País vivesse num regime eminentemente democrático, ser de competência (a sua autoria) deste Poder Legislativo.

Todavia, dentro da legalidade vigente, tal matéria é de competência exclusiva do Poder Executivo, razão pela qual, formulamos o presente pedido.

O Sr. Governador do Estado, que já foi Chefe de Polícia, neste Estado, e mais, na sua condição de militar, conhece profundamente bem a luta dos funcionários da polícia civil e militar do Estado.

Atualmente, os policiais civis percebem a título de gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva, cento e vinte por cento sobre os seus vencimentos básicos.

Todavia, essa gratificação não resulta em outros benefícios a não ser como tal.

Todos sabem. E o Senhor mais do que ninguém que a incorporação dessa gratificação aos vencimentos básicos dos policiais civis, é uma das mais antigas aspirações da classe.

Justa por sinal.

Justa na medida em que, a partir do fato de que a mesma se incorpore aos vencimentos básicos, passará a produzir outros benefícios, tais como: aumento do valor que percebem a título do terço sobre o risco de vida, adicionais e etc... O Senhor Governador do Estado, que se diga de passagem, tem demonstrado interesse em ajudar a Polícia do Paraná, por certo haverá de compreender essa nossa solicitação. Os salários, não só da polícia civil, mas como de resto de todo o funcionalismo público estadual, estão defasados diante da aspiral inflacionária que domina a economia do País.

Daí porque entendermos ser esta solicitação de alto alcance social a essa classe de servidores públicos, que tantos e relevantes serviços tem prestado ao povo do Paraná.

A Lei Complementar n.º 3, de 14 de maio de 1974, que hoje completa 6 anos de vigência, no seu artigo 87, § 1.º, previa a incorporação de tal gratificação, todavia, ao ser sancionada o Senhor Governador de então, entendeu vetar tal dispositivo.

Quem sabe faltou àquele Chefe do Executivo a sensibilidade que acreditamos o atual ter, mormente com problemas sociais e humanos ligados com uma Pasta que inclusive, já dirigiu e, portanto, a conhece muito bem.

E o apelo que fazemos e esperamos que esta Casa de Leis o compreenda e o aprove, o que ocorrendo, este Poder estará fazendo Justiça a uma classe de funcionários públicos, que merece de nossa parte todo respeito e sacrifício, principalmente, por proporcionarmos com essa nossa iniciativa, a possibilidade de um policial ao se aposentar, perceber um salário que seja condizente com as suas necessidades (e de sua família) reais e como prêmio pelos longos anos de serviços prestados ao Estado. E aos familiares de policiais que tomba-

rem, quando no exercício de suas funções, terem o direito de continuar a perceber, pelo menos, aquilo que o seu chefe vinha percebendo.

E não como ocorre atualmente, que além da família perder o seu chefe, que é o seu maior bem, perde ainda grande parte do seu salário.

Por estas razões, é que entendemos formular esse apelo ao Sr. Governador do Estado, o qual, em atendendo, estará corrigindo uma grande distorção e porque não dizer, injustiça a que estão submetidos todos os policiais civis do Paraná."

Por estas razões é que entendemos formular este apelo ao Sr. Governador do Estado e que esperamos e confiamos que a bancada do PDS dê o necessário apoio e devida aprovação.

E não como ontem, quando buscávamos simplesmente informações esclarecedoras de crimes que traumatizaram Londrina, a bancada do PDS, infelizmente, se omitiu mais uma vez diante de fatos gravíssimos como aqueles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado NESTOR BAPTISTA, inscrito.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê):

"A situação dos alunos da Universidade Católica do Paraná tem sensibilizado a todos aqueles que tomam conhecimento dela, tanto no que diz respeito ao aumento das mensalidades, quanto no tocante às condições deficientes de ensino que é marca registrada, não apenas da UCP, mas do ensino superior brasileiro de um modo geral.

É do conhecimento de todos, através de notícias da imprensa, que os estudantes da Católica se posicionaram contrários ao aumento das mensalidades previstas para o segundo semestre.

Aqueles estudantes estão sendo ameaçados pela Reitoria da referida universidade de serem excluídos dos cursos se continuarem com o movimento de recolhimento dos carnês de pagamento para forçar a Universidade a congelar as mensalidades, ou pelo menos reduzir o índice de elevação das taxas alusivas ao pagamento dos cursos.

Alguns alunos, impossibilitados de saldar suas dívidas com a UCP, tiveram sua matrícula este ano condicionada a não participação em qualquer movimento de reivindicação dentro das atividades estudantis, e isto está sendo usado como arma para enfraquecer o boicote às mensalidades abusivas.

Devemos lembrar, que o próprio Ministro da Educação, Eduardo Portela, em um momento de realidade, disse que apoiava o boicote dos alunos com respeito a mensalidades abusivas, assumindo desta forma, a impotência do órgão responsável pela Educação no País, para com as entidades de ensino particular.

Se, de um lado, vemos alunos de posses estudando na UCP, temos jovens que, na impossibilidade de freqüentarem os melhores colégios, no período diurno, e receberem conhecimentos dosados com uma vida regular, onde se inserem alimentação, lazer, condições de alcance a livros e publicações, etc., não conseguiram romper a barreira das universidades federais e se vêem obrigados a partir para as particulares, mesmo sangrando o orçamento de pais, irmãos e deles próprios.

Quanto à situação econômica da UCP, devemos lembrar que a referida universidade comprou recentemente o Hospital Cajurú, além de estar ampliando seus prédios dentro do "campus", e inaugurando dentro de Curitiba, diversas clínicas de atendimento psiquiátrico, psicológico, pedagógico, odontológico e afins.

Em Morretes, a UCP possui uma extensa área, adqui-

rida não se sabe quando, nem para que fins. Aplicando dinheiro como vem aplicando, é claro que a UCP queira onerar seus alunos com mensalidades cada vez mais altas.

No entanto, vale ressaltar que se os prédios cresceram, o nível de ensino continua estagnado.

Se não, porque o Curso de Comunicação foi fechado no ano passado, por falta de condições mínimas para o funcionamento?

De qualquer forma, a deficiência não fica aí.

Os demais cursos são também deficientes, conforme afirmam os estudantes, sempre buscando alento junto à outras entidades para tentarem melhorar as condições oferecidas pela Católica.

Quer me parecer que aquela universidade pretende primeiro criar condições técnicas, para depois pensar no elemento humano.

Mas perguntamos: que profissionais irão sair para o mercado de trabalho enquanto a UCP sonha com a ilusão de uma "academia requintada"?

Na luta dos estudantes há que se ressaltar a total omissão dos representantes dos diretórios acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes.

A política de não comprometimento com as causas estudantis, denota o atrelamento desses elementos eleitos para representarem a classe discente nos problemas inerentes às condições de ensino, à Reitoria da Universidade Católica do Paraná.

Que homens serão amanhã esses que, em plena idade das revoltas naturais, do rompimento sadio com as estruturas obsoletas e arcaicas do passado, estão aliados ao peleguismo e à conduta de "burros de presépio", dizendo amém a tudo e a todos?

Sr. Presidente. Srs. Deputados:

Antes uma revolta errada, determinada pelo pouco conhecimento dos fatos, do que a omissão e o peleguismo, já no início de carreira.

Que se pode esperar de homens que não possuem senso crítico nem mesmo aos 20 e poucos anos de idade?

Que destino se reserva ao País quando os jovens, conscientes dos erros dos adultos, se prestam de laiaos para conseguirem vencer na vida?

Mas, felizmente a maioria pensa e reage como quem tem 20 e poucos anos.

Erra, acerta, mas não se cansa, nem se omite, para amanhã não ter vergonha de si mesmos.

Finalizando, quero dizer que juntarei dados mais concretos com referência ao ensino brasileiro, em oportunidade próxima, e manifestar nesta Casa o meu apoio às reivindicações dos estudantes que desejam um futuro melhor para o nosso povo, e repudiar a atitude da UCP e de seus representantes estudantis que não honram, nem merecem ser chamados universitários."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado NELTON FRIEDRICH, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nosso objetivo, na tribuna, é encaminhar um requerimento pedindo urgentes medidas para se coibir a fabricação, distribuição e venda dos compostos mercuriais e pesticidas clorados e fosforados em todo o território nacional. (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições, REQUER, atendidas as formalidades regimentais, a expedição de solicitação, via telex, ao Ministério da Agricultura, com

conhecimento na íntegra, ao Secretário da Agricultura do Paraná, à OCEPAR, à FETAEP, à FAEP, Associação dos Agrônomos do Paraná, EMATER e COPASA, de imediata e total proibição de fabricação, distribuição e venda de impostos mercuriais e pesticidas clorados e fosforados, em todo o território nacional, bem como o congelamento da comercialização e o recolhimento dos estoques, distribuídos ou armazenados pelos fabricantes, como medida primeira e indispensável para diminuir os efeitos altamente nocivos desses produtos agroquímicos, considerados os mais tóxicos e cujo uso tem causado graves conseqüências de contaminação em produtos alimentares e intoxicação em centenas de agricultores.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

- a) O Brasil é um dos maiores consumidores de produtos agroquímicos do mundo, no entanto seu povo passa fome por falta de produção alimentar em quantidade popular;
- b) o Ministério da Agricultura, conforme projeção realizada, prevê o consumo de 229.000 toneladas de defensivos agrícolas em nosso País, somente neste ano de 1980, sendo que de inseticidas serão consumidas 101.000 toneladas, de fungicidas 83.000 toneladas e herbicidas 45.000 toneladas, evidenciando-se que a maior parte é composta de produtos de toxidade mais elevada, que são ofertados a preços menores;
- c) E, o mais grave são os usos em hortifrutigranjeiros, normalmente sem maiores cautelas, inclusive como o ocorrido recentemente no Rio Grande do Sul, onde os compostos mercuriais têm aplicação preferencial, fazendo com que o tomate, por exemplo, tivesse proibição de consumo tal o teor tóxico existente;
- d) Não podemos continuar ao bel-prazer dos interesses da indústria agroquímica, a rigor dominada, manipulada, controlada e dirigida pelas multinacionais, quer no afã de vender, de obter lucros a qualquer custo, que pouco-a-pouco está envenenando o campo e a cidade, pois o agricultor está se intoxicando a si e aos consumidores pelas mãos dos vendedores de defensivos agrícolas;
- e) Agrava-se, sobremaneira, o fato de que muitos agricultores continuam a utilizar produtos que, fabricados no Brasil, já o foram proibidos nos países de origem de tais firmas estrangeiras, numa afronta aos brasileiros, com a complacência de nossas autoridades maiores;
- f) Assim, só resta, primeiro, que a Secretaria da Agricultura do Paraná tome suas providências imediatas, dentro da competência que lhe é auferida, bem como todas as entidades antes nominadas, para que compartilhem de uma luta arrojada para que haja disciplinamento quanto à fabricação, distribuição e uso de produtos agroquímicos, bem como se inicie uma mobilização em todos os recantos do Estado e do País, de um movimento conscientizador sobre os malefícios para o homem e seus descendentes quanto ao consumo de defensivos, mesmo que interesses de poderosos grupos sejam feridos.
- g) Requer-se, também, a imediata implantação de Receituário Agrônomo, tão necessário para minorar a gravidade da questão.”
Era só.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Esta Presidência registra com satisfação, a presença do ilustre Senador Leite Chaves.

Concedo a palavra, no Grande Expediente ao ilustre Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Delega-me a liderança do PMDB a incumbência de, como Vice-Líder e como representante oposicionista da região, fazer a abordagem de um assunto extremamente sério e complexo.

Faço-o como Vice-Líder, pois a solicitação é feita à bancada e como Deputado do Norte Pioneiro, já que a solicitação vem da Câmara Municipal de Jacarezinho, polo de cultura de tradição e progresso de vasta área do Paraná.

Leio o ofício 73/80, da Câmara Municipal de Jacarezinho, dirigido ao Líder do PMDB na Assembléia Legislativa: Senhor Deputado:

Tendo esta Câmara Municipal aprovado, por unanimidade o requerimento n.º 48/80, do Vereador FERNANDO JEFFERSON FALEIROS, em sua Sessão Ordinária do dia 08 deste, vimos mui respeitosamente, solicitar o empenho dessa liderança no sentido de que a classe política brasileira se manifeste absolutamente contrária ao ingresso de capitais estrangeiros (multinacionais) no programa do álcool no Brasil.

Justificando a sua proposta, o Edil argumentou que o PROÁLCOOL deve ser uma solução exclusivamente brasileira para a crise do petróleo, e que o controle dessa fonte de energia até a sua distribuição deve ficar com o nosso País em caráter de segurança nacional, uma vez que “não dependemos de tecnologia estrangeira para a exploração do álcool, muito pelo contrário, em termos de açúcar e álcool temos até para exportar”.

Acrescentou, ainda o Vereador, que as multinacionais estão de “olhos gordos” para participar desse importante projeto, o que seria a falência do empresariado nacional, e que essa possibilidade já preocupa o Estado-Maior do Exército, cujo Chefe, se manifestou contrário a essa pretensão, conforme seu pronunciamento divulgado pela “Folha de São Paulo”, em sua edição do dia 08 do fluente mês.

Agradecidos e na expectativa da honrosa atenção do ilustre Deputado, aproveitamos o ensejo para apresentar as nossas cordiais saudações.

JOSE CHER

Presidente

SILVESTRE MARQUES

1.º Secretário

Justa, sob todos os aspectos a preocupação levantada em plenário pelo nobre Sr. Vereador Fernando Jefferson Faleiros e por todos acatada em aprovação unânime.

A preocupação não é apenas de uma Câmara Municipal.

Todos os patriotas têm o mesmo cuidado. O programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) foi criado pelo Decreto n.º 76.593, de 14 de novembro de 1.975 e tem por objetivo expandir a produção do álcool, viabilizar seu uso como combustível e ser aproveitado na indústria agroquímica.

Como todas as medidas fundamentais tomadas pelo sistema autoritário, esta também veio de cima para baixo, em um alto imperial do General Geisel, comandante supremo do autoritarismo no período 74/79. Não houve debate nacional, ninguém foi consultado, exceção feita ao grupo palaciano.

Teme-se, pois, que o PROÁLCOOL possa tomar os mesmos rumos que tantos objetivos nacionais tomaram, caindo seu controle em mãos não nacionais.

Adverte para o perigo o Gen. Andrada Serpa e, por isso, é penalizado e lançado em disponibilidade:—

“O Brasil resolverá seus problemas usando suas potencialidades hidrelétricas, o carvão do sul e a biomassa, cujo programa deve ser transformado em objetivo nacional prioritário. Não podemos permitir que este programa caia em mãos das multinacionais que exercem o capitalismo selvagem.

Será crime de lesa-pátria entregar o programa da biomassa às multinacionais, porque ele será a redenção do País. O preço do petróleo não deixará de subir, pois está vinculado a existência do dólar como moeda de reserva.”

Disse ainda o Gen. Andrada Serpa “energia é poder, e a tradição brasileira é conservar em mãos dos nacionais as fontes de poder. As multinacionais têm muito capital, poder de corrupção e testas de ferro.”

Afirma o agrônomo Valdir Izidoro Silveira: “A exemplo da suada e patriótica campanha pela implantação da nossa PETROBRÁS parece que, dentro do próprio Conselho Nacional de Petróleo, existem mãos impatrióticas tentando inviabilizar o programa. Temos acompanhado alguns fatos que corroboram com essa assertiva pois não compreendemos, que no exato momento em que o Governo faz intensa campanha para o racionamento da gasolina, inclusive autorizando autarquias federais adaptarem os motores de seus carros para o uso de combustível a base de álcool, como pode o CNP tomar medidas que dificultem a utilização do álcool como combustível?”

O combate à inflação tornou-se um imperativo de segurança nacional e o álcool como fonte de energia é uma das grandes armas que dispomos para combatê-la. Hoje a nossa agricultura está quase cem por cento dependente de combustível. Como encher as panelas com combustível a preços altamente extorsivos? Não podemos admitir que mãos e mentes a serviço dos interesses multinacionais continuem a ditar leis a exemplo do que aconteceu há alguns anos como o nosso petróleo. Está ainda clara na memória daqueles que hoje têm mais de 30 anos a memorável campanha do “Petróleo é nosso”.

E é o agrônomo Valdir Izidoro que desafia “Vamos ver se o Conselho Nacional do Alcool — CNA — funciona.”

Está cheio de razão em seu desafio. Eis que o Presidente deste Conselho Nacional de Alcool “CNA” e Vice Presidente da República, o S. Aureliano Chaves, não têm a mesma preocupação que assaltou o Gen. Andrada Serpa e os defensores do poder decisório nacional em mãos de brasileiros, pois foi o Sr. Aureliano Chaves que admitiu, em entrevista coletiva concedida à imprensa no Recife, a participação de capitais internacionais no PROÁLCOOL, ressaltando no entanto, que o Governo não destinará financiamentos nem incentivos fiscais às empresas estrangeiras.”

O Simpósio Nacional do Alcool, realizado em Londrina, faz algumas colocações de alta responsabilidade, ao tempo que adverte sobre o perigo da concentração de capitais rurais, geradores, por isso de futuras tensões sociais. Imaginemos qual seria o drama se tais tensões encontrassem em confronto direto, de um lado, os capitais multinacionais aplicados na área rural e agroquímica e, de outro lado, milhares de trabalhadores brasileiros. Seria um novo ABC, agora transplantados para os campos brasileiros”.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Gostaria só rapidamente, nobre Deputado Tadeu Lúcio, de discordar ligeiramente do seu pronunciamento, quando analisava o aspecto de empréstimo para as empresas estrangeiras prospectarem o álcool neste País, ou inventarem uma prospecção da cana de açúcar. Porque o que o Brasil faz há 400 anos, ou há mais de 440 anos, sendo um dos maiores produtores

de cana de açúcar do mundo, parece-me que estava errado. E, por isso mesmo, é que, nesta época, necessária uma participação efetiva dos homens que dirigem o nosso País, dos banqueiros que se envolvem neste País, que façam os empréstimos para que os estrangeiros possam ensinar os brasileiros que em 400 anos não conseguiram aprender. Mesmo sendo o Brasil um dos maiores produtores de cana de açúcar do mundo. E também não posso acreditar que os homens deste País, estejam à serviço dos estrangeiros. Ainda que inúmeros homens que passam pelo Governo Federal como Ministros, acabam posteriormente assumindo posições de comando em empresas multinacionais. Não posso acreditar que o Ministro Rischbieter que renunciou ao seu cargo, há pouco tempo atrás, tenha qualquer envolvimento, ou tivesse antes com a Volvo, empresa que hoje está como Diretor. E tantos outros, como o Ministro Simonsen.

Portanto, acredito que haja uma necessidade das multinacionais virem ao País ensinar aos brasileiros, como é que se promove a plantação de cana, como é que aumenta o plantio. Porque o Brasil sendo apenas um dos maiores produtores do mundo, não é o suficiente. Tem que pegar esta produção e entregar toda ela para as multinacionais.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e incorporo neste meu modesto pronunciamento.

Continuo, Sr. Presidente.

Leio agora algumas observações, publicadas recentemente na “Gazeta do Povo”, em seu editorial, sobre aquele episódio.

“Com entusiasmo e empenhamento que se registra, não é possível esquecer que iremos ocupar com 42 destilarias e poderão ser mais no futuro, nada mais nada menos que 100.000 alqueires de terras, mormente situadas em excelentes localizações. Tratam-se de área de alto custo, posto que, sobretudo, situadas na parte norte do Estado. Ora, certos perigos já vêm sendo apontados. O primeiro deles é que o canavial significa o uso de grandes extensões territoriais, favorecendo a concentração de capitais e, conseqüentemente ...

O Sr. Valduga — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Discordo dessa posição de que se esteja usando terras de primeira qualidade para o plantio de cana, de que isso possa gerar inquietantes problemas sociais.

Por um lado, nós estamos cansados de dizer que nas regiões do Norte do Paraná, com a tecnificação da agricultura, houve uma explosão fantástica de uma agricultura mecanizada que afastou o homem do campo, que fez com que as cidades inchassem e não pudessem propiciar meios a esse povo, a essa população liberada da agricultura.

Acho, também, que essa agricultura praticada é apenas vertente de dólares para pagar as dívidas externas. Assim, se se plantar cana no Norte do Paraná que tem concentração urbana hoje, necessitando, urgentemente, de voltar ao campo, necessitando, urgentemente, de voltar às suas origens que são as atividades agrícolas, estaremos invertendo apenas, em vez de produzirmos dólares, iríamos produzir cruzeiros e evitar que se evadissem dólares na importação.

Acho que essa é mais uma farsa muito grande que se propala para permitir com que apenas grandes áreas - porque, no norte, a terra é efetivamente cara, mas não há imensas propriedades, há sim, interesse em situar em fazendas fantásticas de cana. Aí sim, o único e irremediável caminho é, ou a estatização ou as multinacionais. Muito ao contrário, acho que é um absurdo se pretender fazer com que se coloquem as plantações de cana além das concentrações urbanas, para produção de álcool. Acho que elas devem até formar cinturões, porque, aí teremos resolvido um problema social grave que é do tra-

balho, o do retorno do homem do campo às suas atividades, às quais está preparado. Não creio na honestidade de propósito das grandes destilarias em locais distantes.

No nosso litoral, por exemplo, poder-se-ia plantar cana para ser consumida na Capital. No País inteiro, existem regiões propícias, próximas às grandes concentrações, que podem produzir cana, que podem produzir combustível.

Era esse o ponto de vista que gostaria de colocar.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas não posso concordar quando Vossa Excelência diz que no Norte do Paraná não existem extensas áreas com plantação de cana.

Sou testemunha, em minha cidade, Jacarezinho, onde está localizada a DAMISA, em todo o redor da DAMISA está plantado cana, numa área superior a três mil alqueires de terra, na região Norte Pioneiro, diminuindo o uso da mão-de-obra e expulsando o homem da zona rural. Porque, o período que se dá a plantação de cana é muito pequeno. E o Norte Pioneiro, antes polo cafeeiro do Paraná, onde se achava e se concentrava o maior volume de trabalhadores rurais, hoje, transformou-se no maior polo canavieiro do Estado do Paraná.

Saindo, à cada dia que passa, dezenas de famílias, centenas, no final do mês, e milhares, no final do ano.

Então, não posso concordar com o aparte de Vossa Excelência, Deputado Valduga.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Quero cumprimentar Vossa Excelência, pelo brilhante pronunciamento que faz e também para ter uma oportunidade de discordar do Deputado Valduga, de quem sou amigo e admirador, quando Sua Excelência diz que, no Norte do Paraná, não há grandes propriedades explorando a cana.

O nobre Deputado sabe, tanto quanto eu, que também sou do Norte do Paraná, que só o Grupo Attala explora uma área de 14 mil alqueires, uma área de terra das melhores do mundo, só com cana.

Vossa Excelência, Deputado, filho do Norte Pioneiro, testemunha muito bem, a grande quantidade de plantio de cana que existe lá, através da Usina de Bandeirantes, através da Usina de Jacarezinho.

Agora, essa empresa que foi instalada em Neópolis, também de exploração da cana e, conseqüentemente, de exploração do álcool, então tomei a liberdade de apartear-lo para cumprimentar Vossa Excelência e para discordar do Deputado Ruben Valduga, porque no Norte do Paraná, onde as terras são de melhores qualidades e assim consideradas em todo o mundo, é onde hoje o Paraná, mais se planta cana. Com relação à idéia de que deveríamos explorar outra região do Paraná, concordo plenamente, inclusive de Ortigueira para cá, eu entendo que seria uma região propícia, porque inclusive é uma região que não está sendo explorada para o cultivo e produção do álcool.

Agora, no Norte do Paraná, eu discordo, porque é, dentro do Paraná, a região que tem as melhores terras e onde existe a maior quantidade de áreas plantadas para produção de álcool.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e, concedo, em seguida, ao Deputado Nelton Friedrich.

O Sr. Nelton Friedrich — Ilustre Deputado, o tema de Vossa Excelência, na tarde de hoje, é extraordinário, para provar a realidade brasileira.

Este País quer ser salvo pela agricultura. A agricultura precisa produzir alimentos para alimentar os milhões de famintos do País.

A agricultura precisa gerar divisas para pagar a dívida externa, uma das maiores do mundo, não foi feita com autarquia dos brasileiros, porque foi meia-dúzia dos que usurparam esse poder à força que lá se instalaram e fizeram toda

essa projeção negativa para o futuro da Pátria, e ainda a agricultura deve gerar o substituto.

É óbvio que o Governo se esqueceu do principal. De salvar o País, de salvar o País, de salvar o agricultor, mas quer que a agricultura salve a Pátria e salve o Governo.

E as coisas já estão tomando rumo claro, e o pronunciamento de Vossa Excelência, quanto ao PROALCOOL, quanto ao problema do álcool, clareia ainda mais. Um dos únicos produtos em que o País tem tecnologia, "know-how" nativo, que não precisa importar absolutamente nada, nem pesquisa, nem instrumental técnico, nem muito menos de experiência empírica da gente ligada à cana-de-açúcar.

É óbvio que quando se pretende jogar nas mãos de grandes grupos, as grandes destilarias, por trás de tudo isso estão os grandes interesses, como Vossa Excelência bem colocou, que em primeiro plano não são os interesses nossos, são dos mesmos grupos estrangeiros, esses grupos multinacionalistas que procuram sugar o que resta do sangue dos brasileiros e por isso os parabéns pelo seu pronunciamento.

É aviltante, é deprimente a nós brasileiros que há quatrocentos anos cultivamos a cana-de-açúcar, vemos que estão aí grupos estrangeiros, manipulando junto ao Governo toda a instalação do sistema de álcool e a substituição do mesmo no combustível tradicional.

Claro Deputado, quanto a isso nós temos que dar o último grito de rebeldia, de protesto, de condenação, e muito mais nós, paranaenses, porque acabamos de ver que são 271 projetos do PROALCOOL aprovados, dos 271, 178 estão dirigidos à região Centro-Sul, e dos 178, o Estado de São Paulo deve contar com o maior número, já estando em 106 os projetos aprovados.

De todo o Centro-Sul do País, de 178, 106 projetos ficarão com o Estado de São Paulo e nós sabemos que as suas fronteiras agrícolas já estão definitivamente ocupadas. Conseqüentemente, vão substituir culturas que levavam à mesa do brasileiro alguma coisa, vão ocupar espaço físico e geográfico que nos permitia produzirmos produtos alimentares populares, para saciar a fome de um dos países com maior índice de mortalidade infantil e sub-nutrição.

Mais uma vez, São Paulo.

Mas, por que São Paulo? Talvez a coisa esteja explicada aqui. Há poucas horas, há poucos minutos, saía de uma reunião da Comissão Nacional de Energia e do Ministério da Indústria e Comércio, um grupo ligado à Associação Brasileira para desenvolvimento das indústrias de base, e o Presidente dizia que os 44 bilhões de cruzeiros, orçamento do PROALCOOL, é uma quantidade plenamente satisfatória, e inclusive permitiria à associação dos Grupos, por exemplo Atlântica Boa Vista, Votorantin, para um milhão e quinhentos mil litros-dia.

E o que nós vamos fazer, ilustre Deputado, com o trabalhador rural? Com o bóia-fria? Com esse imigrante, que perambula pelo País? O próprio PROALCOOL poderia ter esse cunho social e não tem.

Que inclusive, implantado aqui no Estado do Paraná, em determinadas regiões, evitaria o êxodo rural e talvez até fizesse com que houvesse o retorno de alguns ao campo. Mas não. Se o Japão nos deu exemplo da 2ª Guerra Mundial, que resolveu quase todo o problema do combustível de uso no seu país, em pequenas destilarias, inclusive no fundo de quintal, em que o Estado somente fazia fiscalização para evitar o acidente e a mistura condenada do combustível. Mas aqui, no Brasil, não, vamos entregar mais uma vez as "Gulfs", as "Company" e agora inclusive vem aí, a "International Mandioca Company", que foi criada por multinacional da mandioca, para explorar, nos cerrados brasileiros, o plantio da mandioca para dela tirar-se o álcool e exportá-lo para o Japão e Estados Unidos.

Até quando a paciência do brasileiro permitirá essa aviltagem, essa usurpação e essa exploração condenável que o Go-

verno e os que o apoiam, não têm tido a coragem de se rebelar contra essas atitudes.

Obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o brilhante aparte de Vossa Excelência, e incorporo a este meu modesto e despretencioso pronunciamento.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Deputados (Lê):

“Favorecendo a concentração de capitais e, conseqüentemente gerando uma situação social futura que não deixa de ser inquietante. O segundo diz respeito a uma realidade trágica: o nosso Estado, como de resto o País, não está buscando fontes alternativas de recursos naturais renováveis, visando-se fundamentalmente, na cana-de-açúcar, quando o leque da biomassa brasileira é imenso.

O Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia - SINDIPETRO), a Associação Brasileira de Regoma Agrária - ABRA e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo - FETAESP, em novembro de 1979, ao completar-se o quarto aniversário da edição do Decreto do PRO-ÁLCOOL, organizaram um simpósio dos não consultados. A pergunta básica: O álcool, como alternativa do Petróleo. E os trabalhadores?

Eis as questões fundamentais:

— A plantação extensiva e a monocultura são as únicas soluções para a produção de cana-de-açúcar e outras matérias-primas para o Programa Nacional do Alcool?

— A crise é de energia ou do atual modelo de desenvolvimento?

— A produção de alimentos básicos vai ser afetada e, com ela, o custo de vida do trabalhador urbano?

E, eis a questão principal: ao contrário do que muitos poderiam supor, ou não consultados, não propõem pura e simplesmente o fim do PROÁLCOOL, embora fechem questão em torno de dois pontos: consideram inadmissível que a distribuição e, portanto, o lucro do álcool, caia nas mãos das sete irmãs do petróleo; ou ele fica com os trabalhadores ou fica com a PETROBRAS; e consideram que a produção do álcool como qualquer matéria prima, não deve ser feita por grandes propriedades, usinas ou destilarias, mas que os pequenos proprietários devem fornecer a matéria prima às destilarias e usinas.

E, são os trabalhadores que dizem “A chamada crise energética que o nosso País enfrenta só poderia ser superada com a participação de toda a coletividade. E nós, trabalhadores, maioria que somos nessa sociedade, temos que nos fazer ouvir”.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de deixar um ponto à consideração de todos para uma profunda reflexão. Se houver a invasão multinacional no setor agroquímico e em nossos campos; se a nata de nossas terras for ocupada com a produção de cana-de-açúcar ou matéria prima energética;

Se os trabalhadores não puderem ter uma relação justa de trabalho nos campos;

Se os trabalhadores urbanos não puderem ter a certeza de que seus irmãos camponeses estão produzindo o que comer e não o que queimar;

Se o custo de vida urbano tiver que subir porque as nossas terras estariam produzindo para queimar e não para comer; então seria o momento de se questionar até que ponto a soberania nacional estaria afetada, com capital internacional decidindo até o lugar onde se pode plantar o feijão e onde se pode colher o milho, para não estragar o festival de lucro do qual, certamente e por vontade própria, as “sete irmãs da energia” não quererão abrir mão.

A nossa soberania está em xequê”.

Concedo o aparte ao Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado. Eu acho que Vossa Excelência trouxe a esta Casa, um

assunto da maior relevância, e gostaria até de dizer que, ouvindo os diversos apartes inclusive do nobre Deputado Valduga, que todos eles têm o mesmo sentido.

Dizia em paralelo ao Deputado Valduga, e ele é favorável a inúmeras usinas, inúmeros plantadores dinamizando assim; sem necessidade de capital estrangeiro inclusive, porque bastaria que se abrisse condições ao empresariado brasileiro para termos resolvido o problema do álcool. Concordo com ele, e temos um exemplo recente. Em menos de dez anos, transformamos toda a agricultura do sul do País, e mesmo o Oeste do País, para a cultura da soja, produto que, há dez anos atrás, ninguém conhecia.

Mas é também a soja que nos dá um exemplo muito importante sobre esse programa todo e que talvez esse editorial da “Gazeta do Povo” tivesse esse objetivo.

Quem vai a Palotina, ou vai a Marechal Cândido Rondon, fica alarmado, principalmente Palotina, pelo fato de que Palotina haver desaparecido toda a mata e virado em um campo inteiro de soja.

Não somos nós que dizemos isso ou afirmamos isso, mas é o próprio Prefeito Municipal de lá que lastimava ter se chegado a este ponto.

Então, nós tememos também, e parece que aí a intervenção do Deputado Valduga é altamente significativa, mas tememos também que de repente cheguemos no Norte ou no Norte Pioneiro em uma só plantação de cana. E que mesmo a cana dando serviço de sete meses por ano, é bom que se lembre que Jean Paul Sartre justificou a Revolução Cubana exatamente por ser uma economia baseada apenas na cana. E os morrios que viviam da cana é que fizeram a Revolução Canaba, porque eles só trabalham nesses sete meses e em cinco meses durante o ano eles não tinham o que fazer.

Então, me parece que nós temos que tomar muito cuidado para que tenhamos o álcool em todo o Brasil, sejamos auto-suficientes em álcool, possamos exportar álcool, mas que ele venha junto com outras coisas.

Por isso, quando o Deputado Valduga afirmou que no litoral poderia se plantar cana, próximo a Curitiba, eu acho que ele tem razão, que junto com a cana tenhamos o café, tenhamos a soja, tenhamos o trigo para darmos estabilidade e darmos trabalho durante todo o tempo. Por isso eu acho muito oportuna a intervenção de Vossa Excelência na tribuna e dizer que parece que toda a Assembléia está num caminho só.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e a preocupação é muito justa. Porque, no Norte Pioneiro, onde já se encontra a usina de Jacarezinho, a Usina de Bandeirantes, a DAMISA, vão ser colocadas em funcionamento mais três usinas. Quer dizer, nós seremos transformados num imenso canal.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Eu concederia os minutos que me restam . . .

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Trinta segundos ao líder, Deputado Renato Bernardi, que me solicitou, e trinta segundos a Vossa Excelência.

O Sr. Erondy Silvério — Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Renato Bernardi — Abro mão, com todo o prazer, para que se ouça a voz da liderança do Governo.

O Sr. Erondy Silvério — Muito obrigado.

Apenas para me congratular com Vossa Excelência, e nem poderia ser de forma diferente, porque nós usamos a tribuna para fazer idêntico pronunciamento. É um dever de todos os brasileiros deste País, o engajamento nesta luta, para que o PROÁLCOOL fique realmente em mãos de brasileiros.

Mas, apenas uma ressalva no aparte que ofereceu a Vossa Excelência o nobre Deputado Nestor Baptista, quando ele acusou diversos ex-Ministros de passarem a ser funcionários das multinacionais, estabelecendo, talvez uma, sub-repticiamente, conexão entre as atividades da Pasta de cada Ministro e o seu engajamento após o término de suas gestões nas companhias multinacionais.

Não vou defender ex-Ministro algum. Apenas quero fazer uma ressalva quanto ao ex-Ministro Karlos Rischbieter, que é um homem de bem, um homem que passou pelos mais importantes postos nesse País, sem ter manchado o seu nome, porque ele foi efetivamente um nome que dignificou o Paraná, dignificou a Nação brasileira. E foi em virtude de suas idéias avançadas, idéias que coincidiam com a maioria do povo brasileiro, que ele foi aliado da Administração Federal.

Se está aceitando emprego numa companhia como a VOLVO, que há muitos e muitos anos fabrica e monta veículos no País, é porque ele precisa trabalhar; é porque ele não enriqueceu no Ministério da Fazenda; em todos os lugares públicos que ocupou não se locupletou com dinheiro alheio. Precisa trabalhar. E é evidente que não se pode condenar um homem, por aceitar um emprego.

Esta é a ressalva que faço quanto à honorabilidade, a honestidade e a competência do ex-Ministro Karlos Rischbieter.

Obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e tomo a liberdade de, em nome do Deputado Nestor Baptista, substituir o ex-Ministro Karlos Rischbieter por Mário Henrique Simonsen.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 189/79, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS, que declara de utilidade pública o “CENTRO ESPÍRITA OGUM MARINHEIRO”, com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 190/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 151/79), que objetiva autorizar o Poder Executivo a realizar com a Cúria Metropolitana permuta de imóveis situados no Município de Rio Negro, com áreas, melhorias e demais características que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 01/80, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que denomina “ESCOLA PADRE CARLOS ZELESNY — ENSINO DE 1.º GRAU”, a unidade escolar implantada no Bairro de Sabará, Ponta Grossa. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 02/80, de autoria do

Deputado LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública o “INSTITUTO PIO XII”, com sede e foro na Cidade de Londrina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15/80, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, que concede ao Cientista ALBERT SABIN, o título de Cidadão Honorário do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 18/80, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA PADRE JENSEN — ENSINO DE 1.º GRAU, com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 152/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 128/79), que dá nova redação à Lei n.º 7074, de 02 de janeiro de 1979, que trata da Organização da Procuradoria Geral do Estado e adota outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.R.H., com EMENDAS DE PLENÁRIO, por unanimidade. Em regime de urgência. — Em votação, ressalvadas as emendas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar, Sr. Presidente, a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, este projeto, ou melhor, esta lei que o Governo pretende modificar, tramitou nesta Casa e foi aprovada em 1977.

Naquela oportunidade, apresentávamos 16 emendas, nenhuma das quais mereceu acolhida deste Poder Legislativo. E é forçoso lembrar e esclarecer que na parte em que o Governo agora propõe alteração, era objeto de uma emenda que nós apresentávamos sob o número 01, e que realmente o Governo não acolheu.

E agora, propõe essa alteração, quase igual à que nós havíamos proposto. Reconhecemos que elas — e por isso não havíamos encaminhado à discussão da matéria ontem, — são relevantes para o aperfeiçoamento parcial das aspirações do Quadro de Procuradores.

Agora, com relação ao Conselho de Procuradores do Estado, ele não é formado perfeita e adequadamente para um funcionamento em alto nível, porque, da forma em que está posta, no Artigo 07, daquela lei, que enumera a competência, dá poderes para apreciar, poderes de ordem disciplinar, aplicar penalidades, organizar e julgar concursos, bem como organizar listas de antigüidade e merecimento, processando e julgando reclamações sobre classificação, entre outros relevantes encargos.

Não é justo que se defira tantos poderes para os ocupantes de cargos iniciais de carreira, podendo, inclusive, ocorrer a possibilidade de que os quatro mais modernos venham a integrar o Conselho, simultaneamente. Fato que viria, inevitavelmente, desprestigiando os mais antigos.

E esta é a forma que prevaleceu no projeto original.

Essa posição, Sr. Presidente, parece-nos temerária, e os poderes dados ao Conselho, cujos membros são escolhidos privativamente pelo Governador, aliás, diga-se a rigor, que será mais uma prerrogativa política para o Poder Executivo, indicado pela Secretaria de Justiça, cujos titulares são o braço político do Governador do Estado.

Então, pode ocorrer que advogados de 3ª Classe, os últimos da escala hierárquica, possam ser escolhidos pelo Go-

vernador do Estado, por critérios políticos, para julgarem os que estejam em hierarquia muito superior.

É como pretender que Juizes de instância inicial julguem desembargadores.

Este é o aspecto crítico desta emenda, já levantado em uma outra oportunidade.

E quanto à emenda do eminente Deputado Gabriel Manoel, ela procede, como também procede esta alteração que o Governo propõe. Para o aperfeiçoamento de todo este Capítulo, seria necessário o ajustamento das normas ainda em vigor.

E esta seria a melhor oportunidade.

Mas, ao lado disso, Sr. Presidente, o que nos causa temeridade, o que nos causa socorro, é a possibilidade de, mesmo com essa pequena conquista, uma procrastinação deste projeto de lei, possa trazer uma lesão no direito, um retardamento, um prejuízo, em última análise, aos Procuradores do Estado.

No aspecto formal deste projeto de lei, parece-nos que, ressalvadas essas posições, ele merece e terá, deste Deputado, a sua aprovação, mas com esta ressalva. E que os Anais registrem o nosso posicionamento, mas esta vez, contrariamente, às formas de composição deste Conselho e outros critérios adotados neste Capítulo.

E a banca me outorga deixar, nos Anais desta Casa, em nome do PDS, este posicionamento que vem reforçar a mesma posição adotada pelo antigo MDB, nesta Casa, em 1977.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. — **Aprovado.**

Em votação a Emenda n.º 01 — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 02 — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 03 — **Aprovada.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 17/80), que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, que com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o Município de Almirante Tamandaré, visa a realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 12/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 20/80), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, a ELETROSUL e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a elaboração, pela Universidade, do Plano de Ação Imediata — PAI, para a Cidade de GUAIARA. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 24/80), que aprova termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes que, com a interveniência de Órgãos que especifica, firmado em 14 de fevereiro de 1980. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 16/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 01/80), que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica, objetivando a concessão de apoio financeiro à DEED, para complementação salarial de técnicos da equipe básica do Ensino Supletivo do Estado. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17/80, de auto-

ria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 04/80), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando regular as obrigações decorrentes da aplicação de recursos oriundos do Salário Educação. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 05/80), que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a execução de projeto de supervisão do Ensino Supletivo. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 12/80), que aprova o Termo de Re-Ratificação ao Convênio celebrado em 07/12/78, entre o Instituto de Planejamento da Presidência da República e o Estado do Paraná, com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando implementar o zoneamento industrial das áreas críticas de poluição na Região Metropolitana de Curitiba - METRONOR. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a diversas autoridades, encarecendo seja implantado em caráter de urgência um Posto do INAMPS, na Cidade de Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo imediato reajuste dos vencimentos dos Servidores Públicos do Estado. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria das Finanças, em forma de pedido de informações, sobre a concorrência para o projeto de construção do Salto Segredo, em que a COPEL é delegada. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, no sentido de que informe a esta Casa sobre sua recente incursão para o exterior juntamente com representantes de outros órgãos vinculados à referida Secretaria. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, Governador do Estado e Secretário da Agricultura, encarecendo uma definição clara e concreta a respeito da Companhia de Combate ao Câncer Cítrico no Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Justiça, Governador do Estado e demais autoridades, encarecendo que determinem providências sugeridas ou que o caso venha a exigir quanto à falta de segurança, roubos de carros e a violência no Oeste do Estado. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, visando a possibilidade de aumentar o número de vagas do Colégio Estadual de Antonina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à PARANATUR, no sentido de que tome providências na Estrada da Graciosa, a fim de conservar o asfalto. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes e Chefe do Distrito Rodoviário do DNER, encarecendo providências no sentido de melhorar a sinalização da BR-369, junto ao Acesso do Município de Corbélia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que informe quais as razões que levaram a referida Pasta a suspender o programa de vacinação preventiva da raiva no ano de 1979. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, em forma de pedido de informações sobre se há algum programa ou projeto de planejamento familiar. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente do Congresso Nacional, Presidente da Câmara dos Deputados e Lideranças dos Partidos Políticos e Presidentes dos Partidos Políticos, a fim de que os mesmos se posicionem favoravelmente à realização das eleições de 15 de novembro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do comentário do jornalista Antônio Carlos Lacerda, sob o título "Fábula". — **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS — Requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

19 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita. Não há quorum para votação, apenas para prosseguimento

da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações sobre as obras da estrada Ampère-Santo Antônio do Sudoeste. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, com o apoio de diversos Srs. Deputados, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o envio a esta Casa, de Mensagem Governamental, no sentido de que seja incorporado aos vencimentos básicos dos policiais civis a gratificação de cento e vinte por cento que os mesmos percebem a título de tempo integral e dedicação exclusiva. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, lido da tribuna, solicitando o envio de telex ao Ministério da Agricultura, no sentido de que haja total e imediata proibição de fabricação, distribuição e venda dos compostos mercuriais e pesticidas clorados e fosforados, em todo o território nacional. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 152/79;

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 11, 12, 13, 16, 17, 18 e 19/80;

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 20, 21, 22, 23 e 24/80.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 16, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 55 e 204/79, 4 e 12/80, e de Resolução nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7/80.

Levanta-se a Sessão.